



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Campos, Carlos Eduardo da Costa
As Res Gestae Diui Augusti: perspectivas sobre a obra
Revista História : Debates e Tendências (Online), vol.
19, núm. 3, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 586-597
Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.3n.19.9885>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464576014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

As Res Gestae Diui Augusti: perspectivas sobre a obra
The Res Gestae Diui Augusti: perspectives concerning the composition
Res Gestae Diui Augusti: perspectivas sobre el trabajo

Carlos Eduardo da Costa Camposⁱ

Resumo: A proposta do artigo é problematizar as *Res Gestae Diui Augusti* de Otávio Augusto. Assim, analisaremos o espaço das inscrições epigráficas no Império Romano para compreendermos a inserção das *RGDA*, a sua visibilidade e circulação. Desse modo, o artigo estabelece processos de análise sobre a tipologia documental e leva em consideração o contexto histórico e a suas características quanto à forma e o conteúdo. Nosso argumento central é que esse objeto foi um mecanismo edificado para consolidar a imagem de Otávio Augusto, assim preservando a sua memória como bom governante para as gerações posteriores e de regiões distantes do império.

Palavras-chave: Res Gestae. Otávio Augusto. Principado.

Abstract: The proposal of this article is to problematize Octavius Augustus's *Res Gestae Diui Augusti*. In this context, we will analyze the space of epigraphic inscriptions in the Roman Empire in order to understand the insertion of the *RGDA* and its visibility and circulation. Thus, the article establishes analysis processes concerning documentary typology and takes into account the historical context and form and content characteristics. Our central argument is that this object was a mechanism built to consolidate Octavius Augustus's image, thus preserving his memory as a good ruler for later generations and distant regions from the empire.

Keywords: Res Gestae. Octavius Augustus. Principate.

Resumen: El propósito del artículo es problematizar la *Res Gestae Diui Augusti* de Otávio Augusto. Así, analizaremos el espacio de inscripciones epigráficas en el Imperio Romano para comprender la inserción de la *RGDA*, su visibilidad y circulación. Así, el artículo establece procesos de análisis de tipología documental y tiene en cuenta el contexto histórico y sus características en cuanto a forma y contenido. Nuestro argumento central es que este objeto era un mecanismo incorporado para consolidar la imagen de Otavio Augusto, preservando así su memoria como un buen gobernante para las generaciones posteriores y las regiones alejadas del imperio.

Palabras clave: Res Gestae. Otávio Augusto. Principado.

As inscrições epigráficas formam um conjunto precioso de dados que tornam possível o acesso às informações que, em determinados momentos, escaparam da esfera literária da época. Assim, devemos problematizar as motivações e intencionalidades relacionadas com esse tipo de registro. Destacamos que há uma necessidade metodológica para lidar com essa documentação como: a seleção do suporte, a inserção em um determinado modelo de monumento, a seleção de um estilo de palavras e a omissão de outras, bem como o espaço em que se encontravam alocadas e o campo de visibilidade (D' ENCARNÇÃO, 2010, p.14; CABANES, 2009, p.77). Percebemos que, em muitos casos, as inscrições epigráficas denotam a dinâmica das cidades, desvelando os conflitos, acomodações e modificações históricas por meio do estudo sistemático dos diferentes períodos e regimes políticos. Afinal, uma das atribuições das inscrições epigráficas é expressar uma mensagem de forma visível, como um decreto posto no fórum, por exemplo.

A mais antiga inscrição que conhecemos por meio da epigrafia latina foi o *Lapis Niger*, a qual ficava situada no fórum romano. A referida inscrição de caráter fúnebre foi elaborada em linhas verticais inseridas em quatro lados de um suporte, no caso, um pilar quadrado. Ela também continha a palavra *RECEI*, forma arcaica do dativo "*regi*", que poderia significar "ao rei" ou "em favor do rei", ou seja, uma testemunha histórica do período da monarquia de Roma, tendo em vista que é datada dos meados do século VI AEC (ROWE, 2009, p. 23-36; DUMÉZIL, 1970 p. 1039-1045; RICHARDSON, 2015). Para Gregory Rowe (2009, p. 23-36), o *Lapis Niger* constitui um forte argumento de que a linguagem arcaica de Roma era o latim, não o etrusco (*ILLRP*, 3). Outra perspectiva é a de L. Jr. Richardson, o qual aponta haver maior número de letras do alfabeto etrusco na inscrição. Em nossa visão, como se sabe, o alfabeto latino é uma evolução do alfabeto etrusco. O fato de o latim ser grafado em letras etruscas não significa que a língua seja etrusca. Portanto, se for apenas uma questão gráfica (e não linguística) é possível depreendemos que a referida inscrição epigráfica possuía indícios híbridos dos termos etruscos e do latim, em desenvolvimento. Ademais, a inscrição já denota o uso epigráfico no período Arcaico de Roma.

Gregory Rowe (2009, p. 23-36) frisa que as produções de inscrições epigráficas latinas se tornaram mais utilizadas a partir 200 AEC, momento esse em que Roma conquistou a sua proeminência no Mediterrâneo. Destacamos que a epigrafia latina deteve uma acentuada difusão nas províncias ocidentais. Em nossas concepções, a cultura escrita e as suas inscrições, no processo expansionista romano, estavam intimamente ligadas ao exercício do poder e a esfera comunicativa com os diversos níveis da sociedade romana (HEATHER, 1998. p. 221-23).

Demarcamos que as inscrições epigráficas comunicavam várias informações pelas regiões do império, assim promovendo autopropagandas dos magistrados e imperadores romanos nas áreas provinciais, por exemplo. Dessa maneira, a manipulação da cultura escrita era um instrumento básico para os segmentos dirigentes, quer seja para o quesito político e/ou para a administração dos territórios subjugados. Sendo assim, por meio desses vestígios arqueológicos podemos verificar hierarquias e sólidas relações de poder, tanto entre Roma e as províncias, quanto entre os magistrados e a elite local (BUSTAMANTE, 2006. p. 110-123). Para Borja Díaz Ariño (2008, p.29), estudar as inscrições epigráficas significa estar atento ao contexto histórico e às transformações pelas quais o sistema político de uma região passou nos longos anos de controle territorial romano (CAMPOS, 2014). Para José D' Encarnação (2010, p.14), os textos grafados necessitam de reflexões sobre: “[...] porque se escrevera aquilo ali, naquele tipo de suporte, naquele tipo monumento, com aquelas palavras e não outras”. Logo, tais dados não podem ser perdidos, pois nos oferecem um amplo leque de análises históricas que nos possibilitam compreender as *redes político-religiosas* existentes em Roma.

Em nosso artigo analisaremos o conteúdo daquela que é considerada a maior inscrição epigráfica romana existente no Império Romano, as *Res Gestae Diui Augusti (RGDA)*ⁱⁱ, as quais foram promovidas por Augusto e suas *redes político-religiosas*. Em nossas leituras, partilhamos da crítica de Maria Luiza Corassin (2007, p.99-118) quanto à necessidade de uma problematização sobre essa inscrição pela complexidade que detém. Em nossa perspectiva, poucos são os textos com tão poucas palavras (cerca de duas mil e quinhentas) que possuam tal densidade de significado cultural, como o que as *RGDA* assumiram na sociedade do Ocidente. Logo, as *RGDA* são objeto de análise desde o seu redescobrimento no século XVI, especialmente a partir da sua primeira edição que foi estabelecida por Theodor Mommsen, em finais do século XIX. Até hoje é um documento histórico que detém amplo uso nas pesquisas sobre Augusto e que não se esgota em estudos.

É notório que tais inscrições são o resultado de um, dos quatro textos que foram legados por Augusto e efetuados anteriormente ao ano de 13 EC (CORASSIN, 2007; SCHEID, 2007, p. VII – LXII; YAVETZ, 1985, p. 1-36). A assertiva fundamenta-se por esse ser o possível período de depósito dos quatro documentos testamentários oficiais do *princeps*, os quais incluíam as *RGDA*, junto aos cuidados das sacerdotisas vestais, no Templo de Vesta em Roma. Um ato que nos remete ao *exemplum* de Júlio César que possivelmente Augusto seguiu em seus ritos políticos.

Há uma possibilidade que a *RGDA* detenha traços de uma possível “autobiografia”

que Augusto não chegou a finalizar, ou que se perdeu, e a qual vinha em desenvolvimento desde 27 AEC. Joseph Geiger (2011, p. 233-266) aponta que Augusto escreveu esses trechos em sua juventude. Obviamente, ele não havia chegado à conclusão de sua trajetória, a qual passou por mais décadas de sucessos e triunfos em Roma. Indicamos os escritos de Mario Citroni (2006, p. 642-643) sobre o assunto acima, pois o autor salienta que o *De uita sua* de Augusto, provavelmente, deteve 13 livros com base nos quais conhecemos apenas menções a partir dos escritos antigos de Dião Cássio e Suetônio, bem como é apontada como uma das próprias bases para a produção das *RGDA*. Mario Citroni esclarece que o *De uita sua* detinha intenções claramente apologéticas, visto que, apesar de não ocultar a sua dívida com Júlio César, seu pai adotivo, o *princeps* salientava com orgulho a sua ancestralidade de uma antiga família equestre, a qual só passou tardiamente a pertencer à aristocracia senatorial. Elemento esse que frisamos ser reproduzido nas *RGDA*. Entretanto, as *RGDA* foram atualizadas com relatos posteriores, como as titulaturas da magistratura e o caso do ano 9 E.C. sobre a desastrosa campanha militar de Públio Quintílio Varo, na Germânia.

Evidenciamos que as *RGDA* representam a publicização da trajetória política de Augusto, bem como foram fixadas no campo de Marte em Roma. As produções em questão foram originalmente inscritas em placas de bronze, tendo o latim como língua de manifestação de seu discurso. Tais objetos flanqueavam a entrada do Mausoléu de Augusto em Roma. A visibilidade das inscrições em um ponto importante da configuração espacial romana faz pensar na relação entre o monumento, as inscrições e a comunicação da mensagem. A escolha do local é essencial para compreendermos como a sua imagem circulou em Roma. Gregory Rowe (2009, p. 23-36) argumenta que essas inscrições sofreram várias danificações com o passar dos séculos e tiveram de ser reconstruídas a partir de outras evidências materiais de matrizes gregas e latinas, as quais se encontravam em melhor estado de conservação e eram oriundas da Ásia Menor. Assim, reiteramos que as informações que detemos são provenientes das cópias que foram enviadas para Ancara, Apolônia e Antioquia na Pisídia. Nessas regiões observamos as inscrições das *Res Gestae* como um exemplo da epigrafia bilíngue, pelo fato de as cidades romanas do Oriente abrigarem, majoritariamente, uma população de expressão e cultura gregas.

Os estudos sobre as *RGDA* se desenvolveram a partir de 1555, com o *Monumentum Ancyranum* (Ancara), como fora mencionado. O texto em língua latina encontrava-se no interior de um templo dedicado ao culto da deusa Roma e do divino Augusto. Na parte externa, observa-se uma tradução para o grego, assim possibilitando o acesso para diversos públicos. Há outra cópia em Antioquia (*Monumentum Antiochenum*) que foi descoberta em 1914. A partir dos escritos de John Scheid (2007, p. VII – LXII) e Zvi Yavetz (1985, p. 1-

36) evidenciamos que similarmente a Ancara, em Antioquia a inscrição ficava no interior do espaço templário. Contudo, não há um consenso se o templo era atribuído à deusa Roma, Augusto ou ao próprio Júpiter *Optimus Maximus*. Estes fragmentos formavam uma cópia da inscrição das *RGDA* em língua latina e grega. A outra cópia é oriunda de Apolônia (*Monumentum Apolloniense*) e nela encontramos uma tradução para a língua grega, a qual foi descoberta no século XIX. Contudo, os comentaristas que utilizamos não mencionam se o lugar de publicação do material epigráfico era um templo, como as demais cópias.

Outro ponto que necessita de reflexão consiste ao público que tal discurso estava direcionado. Temos como perspectiva que Augusto, com o seu *exemplum* e *uirtus*, poderia influenciar os jovens membros da *gens Iulia*, assim como as novas gerações de senadores, equestres e demais magistrados itálicos e provinciais tendo como alvo principal os seus filhos, pois eram aqueles que o *princeps* considerava como o futuro do Principado, com isso consolidando o seu projeto político (COOLEY, 2009, p.1-56). Todavia, apesar de atingir um grande número de cidadãos, para John Scheid (2007, p. VII – LXII) e Zvi Yavetz (1985, p. 1-36) o provável público-alvo era os segmentos dirigentes romanos da *Vrbs* e províncias. Tomando os autores citados como fundamento de nossa assertiva, pontuamos que para um cidadão decodificar as informações contidas nas *Res Gestae*, os sujeitos deviam deter um nível de conhecimento institucional e político prévio para entender o discurso inscrito. Assim, apesar da inscrição monumental encontrar-se disponível para a visão de toda população, provavelmente havia uma distinção cultural entre o público leitor em Roma, bem como nas respectivas localidades em que foram distribuídas as cópias nas áreas provinciais.

Além disso, também ressaltamos que o ato de distribuir exemplares em Ancara, Antioquia e Apolônia, possibilitava a aquisição de mais conhecimento sobre o referido *princeps*, mediante sua auto-representação. Assim, as *RGDA* atingiam, por sua forma monumental, toda população e, por seu conteúdo, passavam uma mensagem para as gerações envolvidas com a dinâmica e governo do Principado. A forma monumental e o conteúdo inscrito estão imbricados em nossa visão, pois formam um lugar de memória do *princeps* e um *exemplum* para os cidadãos romanos posteriores.

Edwin Ramage argumenta, em seus comentários intitulados *The nature and purpose of Augustus' "Res Gestae"* (1987), que esse é o documento histórico mais importante do período de Augusto, em Roma e no império. O autor, provavelmente, segue a tendência de Theodor Mommsen (1865, p. V- XXIII), o qual concebia as *RGDA* como “Rainha das Inscrições”, assim levando em consideração a forma e o conteúdo que o texto foi veiculado. Observamos que em Mommsen e Ramage essa alta relevância emerge em razão do objeto

ter sido produzido pelas próprias mãos de Augusto, um ponto crítico que é revisado por John Scheid (2007, p. VII – LXII).

Após as leituras sobre J. Scheid, percebemos que, ao focar as nossas análises históricas apenas no quesito da autoria desse documento, como pesquisadores, estamos negligenciando o próprio conceito de escritor na Antiguidade, o que inclui os textos publicados sob o nome de um líder político. Assim, a primeira questão a ser levantada é que Augusto não fez o documento de forma isolada e/ou unicamente da própria mão. É presumível que a obra seja o resultado de seu controle e interferência, porém foi escrita por seus assessores ou membros da família de forma conjunta. Logo, ele poderia ter ditado partes e ter aprovado ou recusado outros elementos que foram inseridos em tal escrito. Convergimos nossos argumentos com os pensamentos de John Scheid ao indicar que, para a composição do texto, os assessores augustanos provavelmente tinham acesso aos documentos públicos e privados, não sendo nenhum obstáculo essa composição (SCHEID, 2007, p. VII – LXII).

Sobre a organização das *Res Gestae*, observamos que Theodor Mommsen (1865, p. V- XXIII) em seu processo de estabelecimento e comentários sobre as *RGDA*, postulou uma organização tripartida, a qual, apesar de possíveis críticas, é aceita pela maior parte da historiografia atual. Desse modo, no texto vemos uma descrição nos primeiros catorze capítulos que abrangem os cargos civis e religiosos de Augusto, assim como as homenagens que aceitou ou recusou em sua trajetória. A primeira parte é chamada de *honores*. Em nossa perspectiva, esse segmento é central para as análises históricas, pois fornece uma riqueza de dados sobre as titulações sacerdotais, as quais em seguida vão servir para endossar a *auctoritas* de Augusto. Nas seções seguintes, que vão dos capítulos quinze ao vinte e quatro, encontramos um relato das despesas feitas por Augusto em nome do povo e Roma. Tais ações foram denominadas por Mommsen como *impensae*. A terceira parte encontra-se composta por capítulos que vão do vinte e cinco ao trinta e três, assim expondo os feitos históricos de Augustus como conquistador e pacificador do mundo conhecido, ou seja, as *Res Gestae*. Os dois últimos capítulos (34 e 35) retomam ao tema da primeira parte.

Quanto ao conceito de *auctoritas*, mencionado no parágrafo anterior, é importante ressaltar o que Otávio Augusto declarou ao receber essa titulatura em 27 A.E.C: “Depois disso, vi-me à frente de todos pela *auctoritas*, porém eu não tive nenhuma *potestas* a mais do que os meus outros colegas de magistratura” (*Res Gestae*, 34). A partir de tal passagem percebemos, nas *RGDA*, que Otávio Augusto expressava o ápice de seu *processo de apoderamento político e social* com a obtenção da *auctoritas*, sendo valiosa por ser uma forma de poder não-coercitivo capaz de gerar a *concordia* e resultado da *fides* dos cidadãos.

Desse modo, percebemos que a *auctoritas* era reconhecida como um grau acima dos demais valores sociopolíticos da época. Logo, entendemos a *auctoritas* como uma autoridade conferida ao portador (*auctor*) pelos cidadãos, em razão da credibilidade que possuía e uma elevada qualidade moral para liderar os demais levando em conta o seu conjunto de virtudes, tais como: a *uirtus*, a *clementia*, a *iustitia*, a *pietas* e a *ciuilitas*. Com isso, estava assegurado o direito de falar em público e persuadir seus concidadãos com suas propostas. Tal autoridade se encontrava acima da *potestas*, a qual não era calcada na coerção, sendo construída discursivamente como um dos mais elevados graus do poder conferido a um sujeito, por seu prestígio social (EDER, 1993, p. 71-122; GALINSKY, 1996, p. 381-387; ROWE, 2013, p.1-15).

A visão acima pode ser complementada com a de Nicolau de Damasco em *Vida de Augusto*. Na referida obra, o biógrafo augustano do século I A.E.C. argumentou que: “Otávio, a quem todo o poder tinha sido justamente legado, de acordo com a autoridade de quem havia obtido, em primeira instância, e por causa de seu relacionamento com ele, foi dotado de autoridade” (*FGrH* 90 F. 130.28). Logo, Otávio Augusto configurava-se no *discurso* de Nicolau como o verdadeiro herdeiro de Júlio César, aquele que perante os homens e os deuses era designado para assumir a *auctoritas* sobre Roma. Ao cotejarmos as duas obras, torna-se perceptível que o debate em torno da autoridade possui uma centralidade no regime de Otávio Augusto por produzir a preservação do seu poder na sociedade a partir da aceitação e consenso dos cidadãos. Dessa forma, o poder augustano não se daria apenas por mero formalismo ou por um amplo uso da violência física.

Sendo assim, tanto Alison Cooley (2009, p.1-56), John Scheid (2007, p. VII – LXII) quanto Arnaldo Momigliano (1993, p.96) nos indicam que a função social desses escritos testamentários era a de justificar e glorificar a ação dos homens que desempenharam um papel proeminente na sociedade, assim legitimando os seus feitos e mantendo-os na memória social, sendo que, no caso republicano, essas ações formavam os “*exempla maiorum*”. Logo, é necessário ampliarmos nossos horizontes de análise sobre as *RGDA* e o falacioso “ineditismo augustano”ⁱⁱⁱ para compreender o seu conteúdo e as possíveis intencionalidades de Augusto. Afinal, novamente esbarramos no intuito de atribuir a Augusto e sua produção uma grande dimensão que chega a silenciar os demais feitos de líderes que eram anteriores a ele, como Edwin Ramage deixa transparecer em alguns trechos de sua obra. Além disso, também vale mencionar que as *RGDA* foram concebidas como se fossem um documento de matriz oficial, ao qual era atribuída uma entidade de origem, assim como todos aqueles documentos oficiais que eram produzidos pelo *princeps* e seu conselho, ou seja, não sendo configurados como uma obra de arte do homem Augusto, que assim

reflete um talento especial para sua habilidade literária, como Scheid ressalta em se 593

Entretanto, um leque de possibilidades é aberto quando as *RGDA* são analisadas, porém é intrigante qual termo seria o mais adequado. Edwin Ramage não tece acentuadas análises sobre esse assunto, mas apenas menciona que o documento detém traços de um testamento político que foi legado por Augusto. Mário Citroni (2006, p. 643) converge com Ramage ao argumentar que a inscrição, por ter um caráter oficial de um balanço das atividades que foram desenvolvidas pelo *princeps*, pode ser considerada como uma espécie de testamento político. Zvi Yavetz (1985, p. 1-36) apresenta outra proposta, pois, em sua visão, as *RGDA* figuram como uma autobiografia que possuía a funcionalidade de projetar uma imagem augustana de protetor dos cidadãos romanos. Elemento esse que, em nossa visão, também poderia ser útil para se sobrepor às propagandas dos seus inimigos, na época.

Para Yavetz (1985, p. 1-36), nas *RGDA*, Augusto buscou construir uma autobiografia que viesse defendê-lo contra todos os tipos de ataques que sofreu em seu governo, no tocante à descendência familiar e a sua forma de governar, bem como assegurando que seu pai foi o primeiro que alcançou o cargo de senador, porém pertencia a um ramo equestre muito rico e respeitável. Além do mais, também acabou sendo justificada a sua proeminência por meio da figura de herói vingador do assassinato do seu pai adotivo Júlio César (*RGDA*, 2), bem como o uso da clemência com os seus opositores (*RGDA*, 3).

Vale problematizar os debates sobre termo autobiografia para as *RGDA* e a Antiguidade. Um estudo pioneiro sobre a autobiografia, intitulado *Geschichte der Autobiographi*, foi produzido em 1907 (edição alemã) pelo filósofo George Misch. Demarcamos que sua produção ganhou projeção a partir de uma nova edição que foi revista e ampliada para o inglês entre 1949-1950. O trabalho é de um não classicista e é claramente estruturado com preocupações formais e distintas em relação ao campo de pesquisa. Misch destaca em sua análise a autobiografia filosófica que era o centro dos interesses e competências dele. Ele limita, portanto, o estudo das autobiografias nas esferas de poder, como no caso de Otávio Augusto e não se aprofunda sobre os elementos de forma e conteúdo das *RGDA*.

Para Garbiele Marasco (2011, p.VII-XI), apesar do pioneirismo de Misch, tornou-se necessário refletir sobre o gênero das autobiografias e memórias políticas na Antiguidade, pois, em sua concepção, apesar delas apresentarem relações diretas com alguns campos, possuem traços que são específicos. Marasco (2011, p.VII-XI) afirma que, sobre o nascimento e o desenvolvimento da autobiografia como gênero literário na Antiguidade, há um problema extremamente complexo relacionado com a escassez das evidências escritas da época. Da mesma forma, também prevalece certa dificuldade para distinguir a origem de

um gênero literário que não está bem codificado e estabelecido em um período em que a narrativa histórica, biográfica, a geográfica e a etnográfica eram suscetíveis de ser confundidas, como podemos ver particularmente na obra de Heródoto ou Xenofonte, por exemplo.

Marasco (2011, p.VII-XI) ressalta que outros problemas que envolvem as autobiografias e memórias políticas são as críticas de suas finalidades e, consequentemente, a confiabilidade das obras. Algumas autobiografias e memórias foram escritas com a intencionalidade de justificar medidas, como Júlio César e Otávio Augusto, com o objetivo de defender a reputação de um político durante o governo e, principalmente, no final de sua carreira, assim buscando criar uma imagem que fosse aceita diante dos olhos dos seus contemporâneos e da posteridade. Em todos os casos que temos relatos da Antiguidade, os autores propõem um objetivo que perpassa o viés propagandista, ainda que indiretamente. Tal ponto revela evidências de situações políticas da época e da forma como um grupo as interpretava, o que também possibilita pensar como um gênero literário poderia ser apropriado e usado para finalidades partidárias. Sendo assim, tais obras são passíveis de estudo e reflexões em nome das informações que todas elas sustentam.

Marasco (2011, p.VII-XI) salienta que as autobiografias e as memórias políticas possuem certas singularidades, pois estão ligadas a eventos recentes na sociedade, assim estando mais vinculadas as paixões e as lutas que os escritos autobiográficos dos filósofos e dos homens de Igreja como Agostinho e Libânio. Divergimos dessa visão, pois pensamos que tais escritos também envolvem subjetividades e questões políticas de grupos, os quais reverberam em tais escritos autobiográficos de cunho filosófico e religioso. José M. Candau (2011, p.121-160) frisa que o status literário das autobiografias políticas já estava bem estabelecido em Roma, no primeiro século AEC, que em nossa concepção é uma datação digna de nota. Em sua visão, essa foi uma época em que as divisões no estrato social dos líderes romanos, bem como suas lutas e o poder, atingiram o seu ápice até mesmo no campo literário. Assim, o caráter apologético e o esforço dos seus autores para justificar os seus atos públicos, formavam um elemento-chave para o surgimento do gênero autobiográfico. Candau (2011, p.121-160) parte do pressuposto que as primeiras autobiografias romanas surgiram em meados do século II AEC, uma época em que a turbulência política assolou Roma e se desenvolveu ao longo do século I AEC, com os comentários de Sula e de Júlio César, porém ganhando maior projeção social a partir de Otávio Augusto.

Outrossim, são registradas também críticas sobre o emprego do termo autobiografia para Antiguidade, como vemos nos estudos de Arnaldo Momigliano (1993, p.14-15). O pesquisador italiano comenta que os antigos gregos e romanos não conheciam o conceito

de autobiografia, tal como ele foi criado na modernidade. Nas palavras de Arnaldo Momigliano, na Antiguidade esse gênero seria composto por uma diversidade de formas narrativas como as cartas, os discursos, os comentários e os relatos de viagens, por exemplo. Debatendo com as visões de Wilamowitz e Friedrich Leo, Momigliano (1993, p.14-15) afirmam que, para os homens antigos, apesar dos registros acerca das tendências dos escritos autobiográficos (conhecidos, então, como *De uita sua*), todos estavam inseridos na biografia. Entretanto, Momigliano enfatiza que devemos ter cuidado diante da maneira moderna de se produzir autobiografias e as especificidades do mundo Antigo, pois acabamos esperando por confissões pessoais que expressassem a subjetividade da representação pessoal, sendo que, na Antiguidade, as informações poderiam ser imensamente factuais, visto que as barreiras do público e do privado eram tênues em nossa concepção.

Em perspectiva aproximada a de Momigliano, Thomaz Ridley (2011, p. 267-314) questiona a relação direta entre as *RGDA* e o gênero da autobiografia. Para o autor, se considerarmos as *RGDA* como autobiografia sem maior aprofundamento encontramos um dilema. Afinal, Augusto foi o autor de uma parcela do trabalho, assim cobrindo somente a primeira parte de sua vida. Para Ridley, as *RGDA* não foram feitas exatamente para ser uma autobiografia, apesar dos traços, e isso deve ser levado em conta. Complementando Ridley, com John Scheid (2007, p. VII – LXII), se pensarmos em uma autobiografia devemos vê-la como “[...] uma breve autobiografia de um estilo particular [...]” devido à hibridez de características inerentes às *RGDA*.

Em linhas gerais, consideramos que os estudos sobre as *RGDA* não se limitam à forma e ao conteúdo de uma única tipologia documental da Antiguidade. Afinal, essa produção inclui algumas características híbridas, como a celebração das virtudes, a resposta a alguma controvérsia, bem como a sua visibilidade e circulação que devem ser levadas em consideração. Em resumo, interpretamos as *RGDA* como uma memória política, a qual foi veiculada como auto-representação epigráfica de Otávio Augusto, ou seja, um conjunto de relatos das ações que foram praticadas, das honras que foram recebidas e a generosidade que foi fornecida em serviço da República de forma monumental.

Referências

ARIÑO, B. D. *Epigrafía Latina Republicana de Hispania (Collección Instrumenta – 26)*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2008.

BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas Culturais no Império Romano: Entre Unidade e a Diversidade. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano – Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória; Espírito Santo: EDUFES, 2006. p. 110-123.

CABANES, P. *Introdução à História da Antiguidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C. – I d.C.)*. Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2014.

_____. *Caesar Augustus: entre práticas e representações*. Vitória: DLL/UFES; Rio de Janeiro: UERJ/NEA, 2014.

CANDAU, José M. Republican Rome: Autobiography and Political Struggles. In: MARASCO, Gabriele. *Political Autobiographies and Memoirs in Antiquity*. Leiden: Boston: Brill Companion, 2011. p. 121-160.

CITRONI, Mario; CONSOLINO, França Ela; LABATE, Mario; NARDUCCI, E. *Literatura de Roma Antiga*. Lisboa, Port.: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

COOLEY, Alison E. *Res gestae divi Augusti: Text, Translation and Commentary*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2009.

CORASSIN, Maria Luiza. Comentário sobre as *Res Gestae Divi Augusti*. In: JOLY, Fábio Duarte. *História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007. p.99-118.

D' ENCARNAÇÃO, J. *Epigrafia: As Pedras que Falam*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2010.

DUMÉZIL, G. A propos de l'inscription du Lapis Niger. *Latomus*, nº 29, 1970 p. 1039-1045.

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition: The Augustan Principate as Binding Link between Republic and Empire. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark.; BOWERSOCK, G. W(org). *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate*. California - USA: University of California Press, 1993, p. 71-122.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture: An Interpretive Introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 381-387.

HEATHER, P. Cultura Escrita e Poder no Período Migratório. In: BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. *Cultura Escrita no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998. p. 221-23.

MARASCO, Gabriele. Preface. In:_____. *Political Autobiographies and Memoirs in Antiquity*. Leiden: Boston: Brill Companion, 2011. p.VII – XI.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The Development of Greek Biography*. London: Harvard University Press, 1993.

RAMAGE, Edwin. *The nature and purpose of Augustus' "Res Gestae"*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1987.

RICHARDSON, L. Jr. *Niger Lapis*. Disponível em:

http://dlib.etc.ucla.edu/projects/Forum/resources/Richardson/Niger_Lapis. Acesso em: 22

RIDLEY, Ronald Thomas. Augustus: The Emperor Writes His Own Account. In: MARASCO, Gabriele. *Political Autobiographies and Memoirs in Antiquity*. Leiden: Boston: Brill Companion, 2011. p. 267-314.

MISCH, Georg. *A history of autobiography in Antiquity* – v.1. London: Routledge, 1950.

ROWE, Gregory. Epigraphical Cultures of the Classical Mediterranean: Greek, Latin, and Beyond. In: ERSKINE, Andrew. *A companion to Ancient History*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009. p. 23-36.

_____. Reconsidering the *Auctoritas* of Augustus. *Journal of Roman Studies*, 103, 2013, p.1-15.

SCHEID, John. Introduction. In: AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Trad.: _____. Paris: Belle Lettres, 2007. p. VII – LXII.

YAVETZ, Zvi. The *Res Gestae* and Augustus' public image. In: MILLAR, Fergus; SEGAL, Erich. *Caesar Augustus – Seven Aspects*. Oxford: Clarendon Press, 1985. p. 1-36.

Fontes primárias:

AUGUSTUS. *Res gestae divi Augusti: ex monumentis ancyrano et apolloniensi*. Trad.: Theodor Mommsen. Berolini – Alemanha: Apud Weidmannos, 1865.

_____. *Res Gestae Divi Augusti*. Trad.: John Scheid. Paris: Belle Lettres, 2007.

Recebido: 12/11/2018

Aceito: 30/04/2019

Publicado: 02/09/2019

Notas

ⁱ Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Doutor em História Política pelo Programa de Pós Graduação em História da UERJ. E-mail: carlos.campos@ufms.br

ⁱⁱ Adotaremos a abreviação *RGDA* proposta por Alison Cooley (2009, p.1-56) para evitar a repetição do termo.

ⁱⁱⁱ Como “ineditismo augustano” compreendemos a visão de uma parcela da historiografia que descreve os feitos de Augusto como inovadores para sua época, porém sem problematizar as apropriações que ele faz de antigas práticas políticas romanas nesse processo de construção do seu governo.